



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A3 POLÍTICA

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 10 de junho de 2016

MPE vê legalidade em contrato do Forró Caju

Promotores de Justiça apontam que ajustes são necessários, mas evento junino será realizado sem maiores problemas

**Habacuque Villacorte &
Aline Bittencourt (*)**

O imbróglio acerca da realização do Forró Caju 2016 praticamente chegou a um “ponto final”, ontem, quando o Ministério Público Estadual (MPE) entendeu pela legalidade do Chamamento Público promovido pela Prefeitura de Aracaju e do contrato celebrado entre a administração e a produtora responsável pela festa, onde foram apresentados os documentos da parceria para que todas as dúvidas fossem sanadas.

Na manhã de ontem, na sede do Ministério Público, foi rea-

lizada uma audiência com a presença do secretário Carlos Batalha, representando a PMA, e dos promotores responsáveis, Henrique Cardoso e Bruno Melo. Após quase uma hora, tudo foi esclarecido. Segundo Henrique Cardoso, são necessários apenas alguns pequenos ajustes no contrato, mas nada que fuja à normalidade. A liberação do Forró Caju foi feita pelos promotores.

Esse ano, a Prefeitura de Aracaju instituiu um novo modelo de realização do Forró Caju. Com o intuito de realizar a festa, já que a falta de recursos seria um impedimento para a execução do evento, a gestão, através da Secretaria

Municipal de Comunicação, realizou um Chamamento Público no intuito de diminuir os custos do evento junino, que já é tradição há mais de duas décadas e que desde 2013 tem priorizado a participação do artista sergipano, além de atrações nacionais.

Quando foi divulgada essa modalidade, o secretário Carlos Batalha explicou que esse sistema já é utilizado em outros municípios do país. “Fizemos pesquisa em outras cidades e percebemos isso como uma alternativa diante da crise em que o país se encontra. Sem dinheiro, não há como mantermos uma programação extensa e, para não deixar de realizar o Forró Caju, a gente,

de forma transparente, organizou o Chamamento Público, que tem a participação do capital privado”, explicou.

Antes de Batalha, os promotores já tinham ouvido o empresário Téo Santana, organizador do evento. “Identificamos que tem alguns pontos que precisam ser ajustados, porém não foi encontrado nada de errado. Está tudo legal, não se confirmando as denúncias, inclusive as que foram feitas por um agente público. E, por parte do MPE, não há possibilidade de a festa ser cancelada”, explicou o promotor Henrique Cardoso.

Ainda de acordo com Carlos Batalha, “a empresa respon-

sável e os patrocinadores irão pagar os artistas, e, ao contrário do que foi divulgado, a quantia citada teria sido paga à prefeitura, tratando-se apenas de uma garantia para a realização da festa. O MPE pode constatar que estamos fazendo tudo dentro da legalidade”. O secretário ainda ressaltou que essa nova modalidade de realização da festa traz uma economia de 85% para os cofres públicos.

• A festa

Sobre a logística do evento, Téo Santana esclareceu que os feirantes (comerciantes) que possuem espaço físico e fixo no local “permanecerão comercializando suas bebidas nor-

malmente”. Já quanto ao pessoal que serve café da manhã, que fica ali onde é o fundo dos camarotes, “sentamos com eles e chegamos a uma solução. Criamos um corredor, com um pórtico de entrada e sinalizado, com iluminação, banheiros químicos e acesso à festa”.

O assessor de imprensa organizadora, Rubens Filho, acrescentou ainda que foi firmado um acordo com os comerciantes para que o café da manhã comece a ser ofertado mais cedo para atender a demanda das pessoas, na medida em que elas forem deixando o evento.

(*) Com informações da Secretaria de Comunicação